

Entorno é a preocupação do GDF

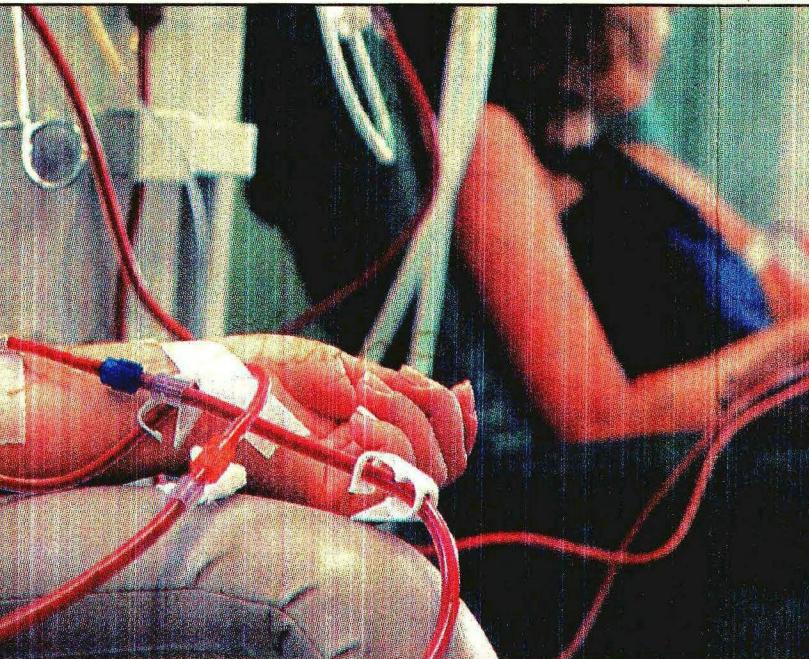
Governo pretende investir R\$ 20 milhões em hospitais e postos de saúde para tentar conter a demanda de pacientes de fora

LUIZ QUEIROZ

A Secretaria de Saúde estima gastar este ano R\$ 20 milhões, do total de R\$ 50 milhões que serão investidos pelo GDF, em obras e ações no Entorno. Este é o preço a ser pago, segundo o secretário Arnaldo Bernardino, para se tentar minimizar o impacto que os moradores das cidades vizinhas à Brasília causarão nos serviços de saúde da capital federal. Pesquisa elaborada recentemente pelo GDF mostra que 77% dos habitantes do Entorno buscaram ou ainda procuram atendimento no DF.

Com uma população de 2,2 milhões de pessoas, o DF registrou um total de seis milhões de consultas em 2003, ou seja, três atendimentos para cada habitante. Pela avaliação da Organização Mundial de Saúde (OMS), um atendimento por pessoa, anualmente, já seria suficiente.

— Hoje nós planejamos para dois milhões, mas trabalhamos com o dobro da população — disse o secretário Arnaldo Bernardino.



Monique Renne

a prevenção de uma série de problemas médicos.

— Onde tiver maior carência e não tiver a presença da saúde lá, nós vamos construir uma unidade. Paciente que você atende nessas unidades acaba satisfeito e deixa de ir para as emergências dos hospitais — destacou Arnaldo Bernardino.

Porém, o secretário alerta

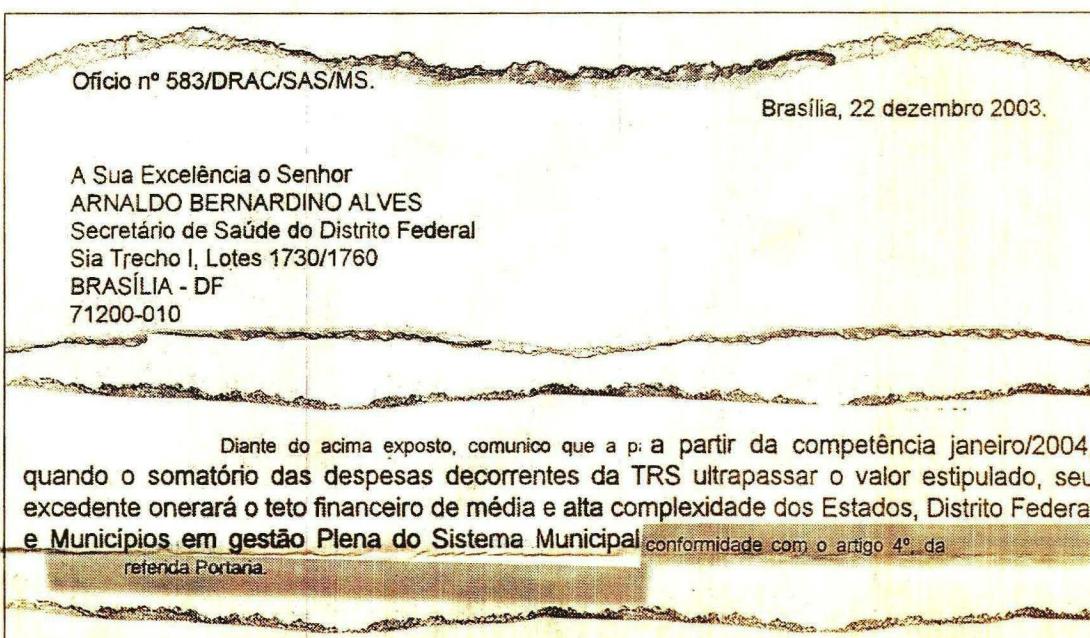
que essas obras também tem parte dos recursos condicionados ao Orçamento da União, em emendas colocadas pela bancada federal na proposta do DF para 2004.

Bernardino garantiu que pelo menos R\$ 8 milhões dos R\$ 20 milhões previstos para melhorias nas divisas do DF também serão deslocados para finalizar as obras do Hospi-

tal do Paranoá.

O orçamento deste ano da secretaria é de R\$ 932,1 milhões. A estimativa do secretário é gastar em 2004 em torno de R\$ 100 milhões em obras, como a recuperação de hospitais e postos de saúde, e compra de equipamentos de raio-x e hemodiálise.

luiz.queiroz@jb.com.br



OFÍCIO Ministério da Saúde quer regular repasse de verbas para custeio de terapia renal

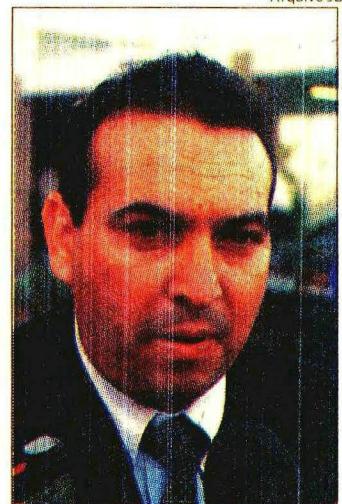
Situação de alerta

Um exemplo clássico da pressão que as 22 cidades do Entorno causa no sistema de saúde de Brasília está na hemodiálise. Segundo o secretário Arnaldo Bernardino, o DF tem hoje cerca de 500 pacientes necessitando desse tratamento. Mas os hospitais acabam atendendo mensalmente cerca de 860 pessoas. O contingente extra, que vem das cidades vizinhas, além de sufocar a rede de atendimento, agora poderá provocar a perda de recursos em outras áreas médicas.

No dia 22 de dezembro, o Ministério da Saúde encaminhou ofício para a Secretaria de Saúde do DF notificando que este ano pretende regular o repasse de recursos para o custeio da Terapia Renal Substitutiva (TRS), conforme determina o artigo 4º da Portaria 1.112/2002. O ministério vai estipular uma média de gastos do DF com hemodiálise, com base nos atendimentos feitos nos três últimos meses do ano passado.

Essa média será transformada num teto para pagamentos. Ou seja, se o DF tiver média mensal de 860 pacientes, não poderá ultrapassar esse número. O ofício, assinado pelo ex-diretor do Departamento de Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas do Ministério da Saúde, Fausto Pereira dos Santos, é claro: quem extrapolar esse teto, terá perda de recursos em outras atividades médicas para compensar o pagamento com os gastos extras em hemodiálise.

— O que havia sido acorda-



Arquivo JB

MAIS VERBA Bernardino quer compensação do ministério

do era que eles (do ministério) iriam buscar os estados que não extrapolam seus gastos para compensar aqueles que acabam ultrapassando o teto — disse Bernardino.

O caso do DF é, no mínimo, curioso. O excedente de pessoas tratadas na rede hospitalar vem, na maior parte, de Goiás, mas o secretário não tem a menor idéia se o ministério fará algum tipo de compensação que resulte em liberar recursos para o DF que estão sendo economizados pelo estado vizinho.

— Este é um assunto que ninguém quer discutir. Eu tenho esperança que se avance neste sentido agora com as discussões na Ride (Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno) — disse Bernardino.

Segundo a assessoria de imprensa do Ministério da Saúde, o órgão quer um controle maior dos gastos para tratamento renal porque não dispõe de recursos abundantes para essa área.